

4 — É permitido o desdobramento de turmas do ensino secundário, exclusivamente para a realização de trabalho prático ou experimental, nas seguintes condições:

a) Nos cursos científico-humanísticos, no tempo semanal de lecionação correspondente a 150 minutos, no máximo, quando o número de alunos da turma for superior a 20, nas seguintes disciplinas bienais:

- i) Biologia e Geologia;
- ii) Física e Química A;
- iii) Língua Estrangeira (da componente de formação específica do curso de Línguas e Humanidades).

b) Nos cursos científico-humanísticos, no tempo semanal de lecionação correspondente a 100 minutos, no máximo, quando o número de alunos da turma for superior a 20, nas seguintes disciplinas anuais:

- i) Biologia;
- ii) Física;
- iii) Geologia;
- iv) Materiais e Tecnologias;
- v) Química.

c) Na componente de formação específica dos cursos científico-humanísticos, no tempo semanal de lecionação correspondente a 150 minutos, no máximo, quando o número de alunos da turma for superior a 20 nas seguintes disciplinas:

- i) Desenho A;
- ii) Oficina de Artes;
- iii) Oficina Multimédia B.

d) Na disciplina de Geometria Descritiva A da componente de formação específica dos cursos científico-humanísticos, no tempo semanal de lecionação correspondente a 50 minutos, no máximo, quando o número de alunos da turma for superior a 24;

e) Nas disciplinas de caráter laboratorial da componente de formação científica dos cursos profissionais, até um tempo letivo, sempre que o número de alunos for superior a 20;

f) Sem prejuízo do disposto na alínea seguinte, nas disciplinas de caráter laboratorial, oficial, informático ou artístico da componente de formação técnica dos cursos profissionais, na totalidade da carga horária semanal, quando o número de alunos for superior a 15;

g) Nas disciplinas da componente de formação técnica dos cursos profissionais ou vocacionais de música, deve ser observado o disposto para as disciplinas congêneres do ensino artístico especializado, nos regimes articulado e integrado, na legislação específica aplicável.

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 15.º

Avaliação da eficácia das medidas

1 — No final de cada período o conselho pedagógico avalia o impacto das medidas de promoção do sucesso educativo implementadas com vista à melhoria das aprendizagens dos alunos e devolve aos responsáveis pelas mesmas as orientações tidas por necessárias, com vista a aumentar a eficácia das mesmas.

2 — Incumbe à IGEC, no âmbito das suas competências:

a) Implementar uma atuação preventiva fomentando a rentabilização das horas de crédito em medidas de promoção do sucesso escolar;

b) Promover a eficácia das medidas de promoção do sucesso escolar implementadas pelas escolas;

c) Proceder ao levantamento e caracterização das modalidades de organização das oficinas no âmbito das línguas, conforme previsto no artigo 13.º, do presente despacho, com vista à divulgação de boas práticas;

d) Instituir, ao longo do ano letivo, um processo de acompanhamento da utilização das horas de crédito, que permita:

- i) O conhecimento de medidas que se revelem eficazes na promoção do sucesso escolar, de modo a que se possa fazer a sua divulgação junto de outras escolas;
- ii) O conhecimento e divulgação de boas práticas de distribuição de serviço e de gestão e rentabilização de recursos humanos.

Artigo 16.º

Disposição transitória

1 — Às escolas profissionais e às escolas que ministram o ensino artístico especializado aplica-se, transitoriamente e para efeitos de cálculo do crédito horário, a seguinte fórmula:

$$CH = 3 \times n.º \text{ de turmas} - 50 \% \text{ do total de horas do artigo 79.º do ECD}$$

2 — Para os efeitos previstos no número anterior, no ensino artístico especializado são consideradas apenas as turmas em regime integrado.

3 — Às escolas profissionais e às escolas que ministram o ensino artístico especializado aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 9.º

Artigo 17.º

Norma revogatória

É revogado o Despacho normativo n.º 10-A/2015, de 19 de junho.

Artigo 18.º

Entrada em vigor

O presente despacho entra em vigor a partir do ano escolar de 2016-2017.

15 de junho de 2016. — A Secretária de Estado Adjunta e da Educação, *Alexandra Ludomila Ribeiro Fernandes Leitão*. — O Secretário de Estado da Educação, *João Miguel Marques da Costa*.

209663214

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7912-A/2016

Considerando que o Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 77/2014, de 14 de maio, e n.º 83/2015, de 21 de maio, estabelece que o conselho diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, adiante designado por IMT, IP, é composto por um presidente e por dois vogais.

Considerando que se encontra vago o cargo de vogal do Conselho Diretivo, torna-se necessário e urgente proceder à designação de titular, de forma a assegurar o normal funcionamento do serviço.

Considerando que irá ser solicitada a abertura de procedimento concursal à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) para o cargo supramencionado, em obediências às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública.

Considerando ainda que o regime mais adequado às circunstâncias atuais é o da designação em regime de substituição, previsto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Assim, nos termos e ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, conjugado com os n.ºs 1 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e conforme previsto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, na sua redação atual:

1 — Designo, em regime de substituição, o licenciado Luís Miguel Pereira Pimenta para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

2 — A presente designação fundamenta-se na competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação para o exercício das funções inerentes ao cargo, conforme é demonstrado na nota curricular do designado publicada em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 13 de junho de 2016.

4 — Publique-se no *Diário da República*.

15 de junho de 2016. — O Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*.

Nota Curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Luís Miguel Pereira Pimenta

Data de Nascimento: 10 de setembro de 1975

2 — Formação Académica e Profissional

Pós Graduação em Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental — Instituto de Desenvolvimento de Estudos Financeiros e Económicos (IDEFE) do Instituto Superior de Economia e Gestão (2003-2004);

Licenciatura em Economia — Universidade Lusíada (1993-1998);
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna — Curso de Comando e Liderança (2014);

IGAOT — Formação profissional Regore/GeRFIP (2011);

Equiconsult, SA — Formação profissional IDEA Versão 8 — Introdução (2011);

European Institute of Public Administration — Seminário Performance Budgeting: Practical Aspects of Planning, Implementation and Monitoring Process (2010);

Instituto Nacional de Administração — Formação profissional em Comunicação de ilícitos a entidades terceiras (2010);

Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal — FDL — Módulo de Parcerias Público-Privadas (2009);

Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal — FDL — Módulo de Contratação Pública (2009);

Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal — FDL — Workshop — Economia e Fiscalidade das Águas e dos Resíduos (2009);

Instituto de Direito Económico Financeiro e Fiscal — FDL — Workshop — Economia e Fiscalidade do Carbono (2008);

Instituto Nacional de Administração — Formação «O Novo Regime da Contratação Pública» (2008);

Instituto Nacional de Administração — Formação profissional em Auditoria Financeira (2008);

Direção-Geral do Orçamento — Formação profissional em Gestão Orçamental Pública (2005);

Direção-Geral do Orçamento — Formação profissional em Relação Jurídica de Emprego Público (2004);

Direção Geral do Orçamento — Workshop — A análise das demonstrações financeiras elaboradas em POCP (2004);

Direção Geral do Orçamento — Formação «Código do Procedimento Administrativo» (2004)

NPF — Pesquisa e Formação, L.^{da} — Formação profissional em Auditoria Financeira aos Serviços Públicos (SFA's) (2003);

Direção Geral do Orçamento — Formação — A análise da execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA's) (2003);

Direção Geral do Orçamento — Formação «Área Jurídica para os técnicos superiores de orçamento e conta estagiários» (2003);

Instituto Nacional de Administração — Curso de introdução ao Controlo Financeiro (2002-2003);

Direção Geral do Orçamento — Formação profissional em Auditoria Interna (2002);

Direção Geral do Orçamento — Formação profissional em Apresentação das demonstrações financeiras (2002);

Direção Geral do Orçamento — Formação profissional em Apresentação das demonstrações financeiras (2002);

Direção Geral do Orçamento — Formação profissional em Aspectos teórico práticos do POCP (2002).

3 — Experiência profissional:

Novembro 2015 — Inspetor na Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Outubro a novembro 2015 — Adjunto e substituto do Chefe do Gabinete no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Agricultura, Ministério da Agricultura e do Mar;

Junho 2014 a outubro de 2015 — Adjunto e substituto do Chefe do Gabinete no Gabinete do Secretário de Estado da Agricultura, Ministério da Agricultura e do Mar;

2012-2014 — Chefe de Equipa Multidisciplinar de Auditoria Financeira na Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

2007-2012 — Inspetor na Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

2006-2007 — Inspetor na Inspeção Geral dos Serviços de Justiça;

2003-2006 — Técnico Superior de Orçamento e Conta na Direção de Serviços de Auditoria, Direção Geral do Orçamento;

2002-2003 — Frequência de estágio de ingresso na Categoria Técnico Superior de Orçamento e Conta na Direção de Serviços de Auditoria, Direção Geral do Orçamento;

1999-2002 — Gestor de conta no Banco BPI;

1997-1999 — Controler na Panorâmica do Atlântico.

209663822